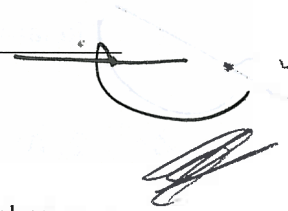


Relatório de Gestão 2015



1. Introdução

Nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL). Para além disso, deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da Autarquia.

Tais informações destinam-se não só à apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e ao julgamento do Tribunal de Contas, mas também a consulta por parte de entidades externas. Nesta conformidade, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas individuais na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º2 do artigo 27.º da Lei n.º75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais.

Posteriormente, o município remeterá à DGAL e ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas, e disponibilizá-los-á no seu sítio eletrónico.

O relatório de 2015 mantém a mesma estrutura dos elaborados anteriormente, o que permite não só uma leitura fácil dos dados, mas também proporciona a quem o lê uma análise comparativa com os anos anteriores.

Refira-se que o Município não apresenta contas consolidadas uma vez que não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 75.º do regime financeiro das autarquias locais.

Após o termo do exercício não se denotou qualquer facto relevante que possa vir a afetar as contas do Município.

2. Análise Orçamental

2.1. Saldo de Gerência

A execução do Orçamento da Receita e do Orçamento da Despesa em 2015, conjugada com o saldo da gerência do ano de 2014, originou um saldo, orçamental, para a gerência seguinte (2016) de 139.468,62€.

Quadro 1: Resumo da Execução

Saldo da gerência anterior (2014)		13.563,30 €
Receita cobrada na gerência		15.579.276,30 €
	TOTAL	15.592.839,60 €
Despesas pagas na gerência		15.453.370,98 €
Saldo que transita para a gerência seguinte (2016)		139.468,62 €

2.2. Execução Orçamental

No quadro seguinte pode observar-se, em resumo, a evolução das receitas e das despesas pela sua natureza.

Quadro 2: Evolução das Receitas e das Despesas

	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas Correntes	11.198.579,15	12.041.604,93	13.314.322,00	14.530.216,37	14.330.343,90
Despesas Correntes	11.124.328,72	12.302.295,56	11.510.432,87	12.086.137,28	13.031.349,43
Receitas de Capital	6.790.995,80	7.478.587,76	3.426.684,96	1.352.040,86	1.227.470,25
Despesas de Capital	6.885.229,66	7.162.652,90	5.695.274,94	3.827.740,35	2.422.021,55
Total Receitas	17.989.574,95	19.520.192,69	16.741.006,96	15.882.257,23	15.557.814,15
Total Despesas	18.009.558,38	19.464.948,46	17.205.707,81	15.913.877,63	15.453.370,98

A menor dinâmica no arranque do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) 2014-2020, e o facto de em 2015, todos os projetos do Município incluídos no anterior QCA, estarem concluídos, afeta a execução da despesa de capital, e como consequência direta da receita de capital, verificando-se uma diminuição gradual de valores desde 2013.

Em 2015, como nos últimos anos, as receitas e despesas correntes, continuam a ter um peso significativo no orçamento municipal.

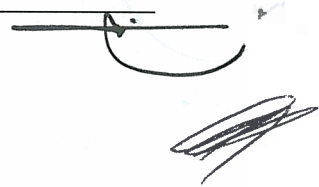


Gráfico 1: Receitas 2015

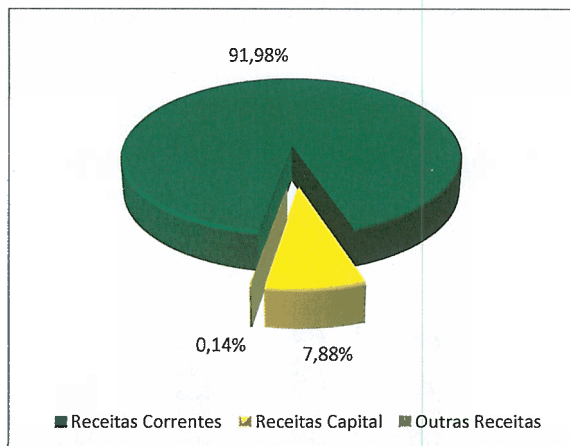
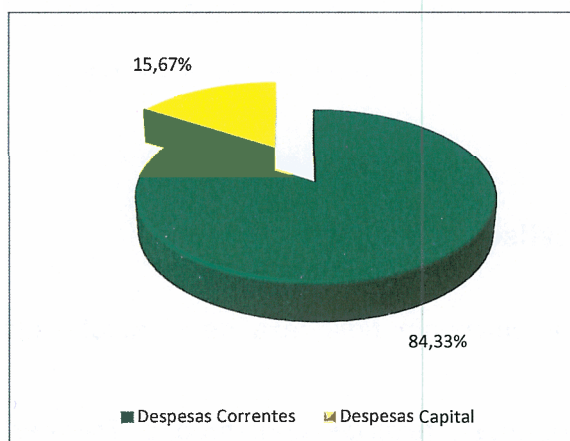


Gráfico 2: Despesas 2015



2.3. Equilíbrio Orçamental Corrente

A libertação, decorrente da execução do orçamento, de meios financeiros para o pagamento de despesas de investimento, é representada pela diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, tendo sido no ano de 2015 de 1.298.994,47€.

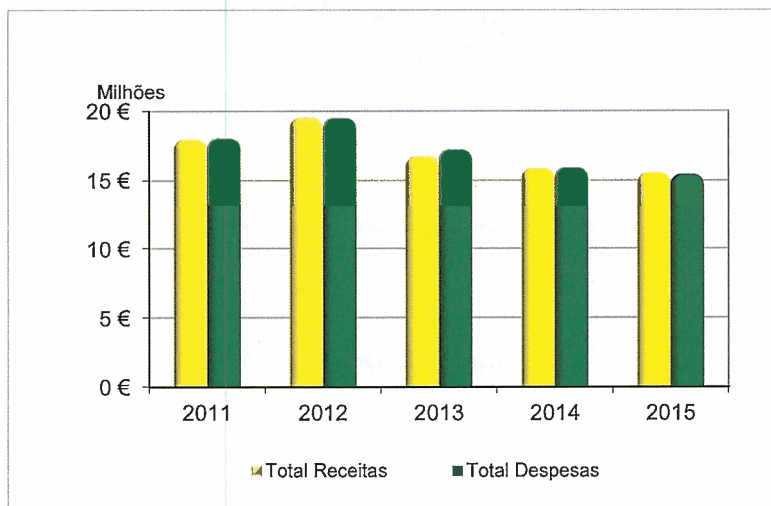
Apesar de inferior a 2014, verifica-se cumprido um dos princípios orçamentais previsto no ponto 3.1.1. do POCAL.

Quadro 3: Evolução da Poupança Corrente

	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas Correntes	11.198.579,15	12.041.604,93	13.314.322,00	14.530.216,37	14.330.343,90
Despesas Correntes	11.124.328,72	12.302.295,56	11.510.432,87	12.086.137,28	13.031.349,43
Poupança Corrente	74.250,43	-260.690,63	1.803.889,13	2.444.079,09	1.298.994,47

Com o auxílio do gráfico seguinte, começa a verificar-se, que a execução orçamental do Município, deduzida de operações relativas a cofinanciamentos em projetos, é da ordem dos 15 milhões de euros.

Gráfico 3: Evolução das Receitas e Despesas



2.4. Estrutura e Análise da Receita

As receitas correntes obtiveram uma taxa de execução global, face aos montantes orçados de 89,70%.

As transferências correntes, relativas sobretudo a Transferências do Orçamento do estado, têm um peso de 63,72%.

Em termos relativos o desvio foi de cerca 10%.

Quadro 4: Receitas Correntes

	Orçado	Executado	Execução
Impostos Directos	1.919.706,99	1.884.278,97	98,15%
Impostos Indirectos	21.483,31	12.466,58	58,03%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	520.698,66	947.908,16	182,05%
Rendimentos da Propriedade	3.401.300,00	1.059.781,67	31,16%
Transferências Correntes	9.186.922,00	9.132.263,28	99,41%
Venda de Bens e Serviços Correntes	826.623,33	1.130.303,58	136,74%
Outras Receitas Correntes	99.481,75	163.341,66	164,19%
Total	15.976.216,04	14.330.343,90	89,70%

Quadro 5: Receitas Capital

	Orçado	Executado	Execução
Venda de Bens de Investimento	500,00	27.702,19	5540,44%
Transferências de Capital	2.357.333,96	1.194.337,05	50,66%
Outras Receitas de Capital	100,00	5.431,01	5431,01%
Total	2.357.933,96	1.227.470,25	52,06%

As receitas de capital, registaram uma execução global de 52,06%.

As transferências de capital, provenientes principalmente do Orçamento de Estado e dos contratos de cofinanciamento para investimentos no âmbito do QREN, têm um peso relativo de 97,30%, nas receitas de capital.

Apesar de elevadas taxas de execução face aos valores orçados, a venda de bens de investimentos e as outras receitas de capital, apenas contribuem com cerca de 33.000€ para as receitas de capital.

Também nas receitas próprias verifica-se uma estabilização na ordem dos 5.000.000€, podendo apenas variar em função de operações pontuais, como a que aconteceu no ano de 2014 relativa ao recebimento das rendas de concessão das infraestruturas de água em alta.

Em 2015 não foi necessário recurso a endividamento bancário.

Assim, a evolução registada nos últimos anos das receitas próprias foi a que se pode observar no quadro infra.

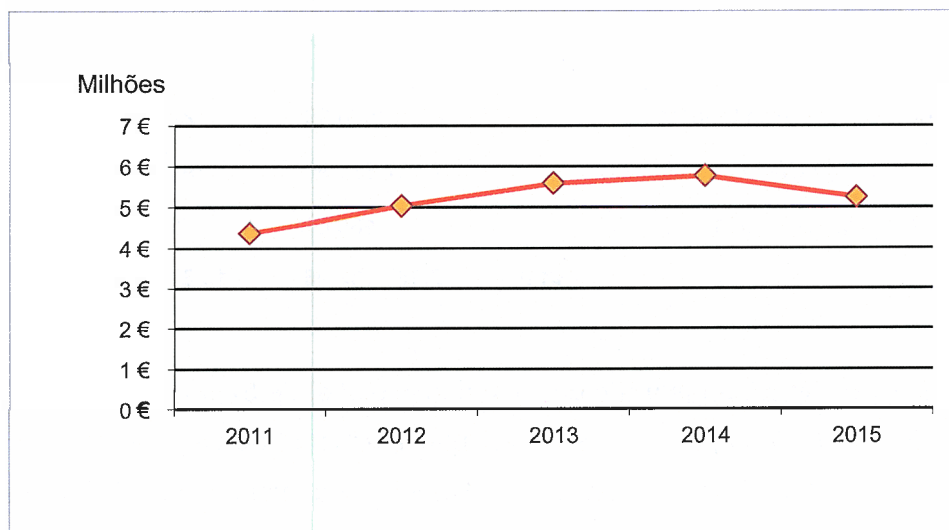
Quadro 6: Evolução das Receitas

	2011	2012	2013	2014	2015
Transferência de Capital	5.566.891,69	6.227.299,61	2.252.040,75	1.317.542,11	1.194.337,05
Transferência Correntes	6.891.798,10	7.137.514,70	8.210.137,21	8.831.499,99	9.132.263,28
Receitas Próprias da Câmara	4.380.885,16	5.035.378,38	5.587.767,14	5.767.562,39	5.252.675,97
Passivos Financeiros	1.160.000,00	1.120.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00
Receitas Totais	17.989.574,95	19.520.192,69	17.149.945,10	15.916.604,49	15.579.276,30
<i>Peso das Receitas Próprias %</i>	<i>24,35%</i>	<i>25,80%</i>	<i>32,58%</i>	<i>36,24%</i>	<i>33,72%</i>
<i>Peso do Endividamento %</i>	<i>6,45%</i>	<i>5,74%</i>	<i>6,41%</i>	<i>0,00%</i>	<i>0,00%</i>

Em termos evolutivos de valor, no período de 2011 a 2014, as receitas próprias registaram comportamento que se evidencia no gráfico seguinte.



Gráfico 4: Evolução Receitas Próprias



2.5. Estrutura e Análise da Despesa

Quadro 7: Estrutura das Despesas Correntes

	Orçado	Executado	Execução
Despesas com o Pessoal	4.774.372,51	4.655.358,64	97,51%
Aquisição de Bens e Serviços	8.698.495,70	6.921.754,48	79,57%
Juros e outros encargos	142.357,55	62.128,96	43,64%
Transferencias Correntes	1.202.014,37	1.017.646,01	84,66%
Subsidios	111.550,00	108.719,68	97,46%
Outras despesas correntes	283.444,88	265.741,66	93,75%
Total	15.212.235,01	13.031.349,43	85,66%

O peso das despesas com pessoal nas despesas correntes é de 35,72%, verificando-se uma diminuição no contributo, em relação da 2014, de 2pp.

No âmbito da cooperação existente entre o Município e as outras instituições do concelho, concretizada através contratos-programa e/ou acordos de cooperação, para efetivação de várias atividades, em 2015, foi transferido o valor de 1.017.646,01€, verificando se um aumento de 75.000,00€.

Os juros e outros encargos têm um peso em relação as despesas correntes inferior a 0,5%.

Quadro 8: Estrutura das Despesas Capital

	Orçado	Executado	Execução
Aquisição de Bens de Capital	1.697.778,90	1.020.285,46	60,10%
Transferencias de Capital	152.720,92	130.220,92	85,27%
Ativos Financeiros	122.651,00	122.651,00	100,00%
Passivos Financeiros	1.148.864,17	1.148.864,17	100,00%
Total Despesas	3.122.014,99	2.422.021,55	77,58%

As despesas de capital registam uma taxa de execução global de 77,58%, que embora inferior ao ano anterior, é superior à média nacional registada nos últimos anos.

Durante o ano de 2015, foi amortizado passivo financeiro de médio e longo prazos no valor de 1.148.864,17€.

2.6. Rácios Orçamentais

Quadro 9: Rácios Orçamentais

Rácios	2011	2012	2013	2014	2015
Rácios de Estrutura da Receita					
Receita Corrente/Receita Total	62,25%	61,69%	77,63%	91,29%	91,98%
Impostos Directos/Receita Total	7,90%	8,76%	11,29%	11,20%	12,09%
Rácios de Estrutura da Despesa					
Despesa de Capital/Despesa Total	38,23%	36,80%	33,10%	24,05%	15,67%
Transferencias de Capital/Despesa Total	3,06%	1,06%	5,36%	4,99%	0,84%
Despesas de Pessoal/Despesa Total	28,79%	23,14%	27,74%	29,15%	30,13%
Aquis. Bens e Serviços Correntes/Despesa Total	22,26%	30,23%	29,77%	39,75%	44,79%
Serviço da Dívida/Despesa Total	16,76%	14,88%	10,61%	9,36%	7,84%
Rácios de Financiamento da Despesa					
Despesas de Pessoal/Receita Total	28,82%	23,08%	27,83%	29,14%	29,88%
Despesa Corrente/Receita Corrente	99,34%	102,16%	86,45%	83,18%	90,94%
Aquis. Bens e Serviços Correntes/Receita Corrente	35,79%	48,86%	38,48%	43,53%	48,30%
Despesa Capital/Receita Capital	101,39%	95,78%	166,20%	283,11%	197,32%

Dos rácios orçamentais, observados no quadro seguinte, constata-se que a receita corrente representou 91,98% da receita total, com um aumento mínimo em relação ao ano anterior.

Da receita corrente, 90,94% foi utilizada para despesa corrente, e a restante foi para pagamento de despesas de capital.

O serviço da dívida, composto pelos encargos com amortizações de empréstimos de médio e longo prazo e os juros, representa apenas 7,84%, como consequência da diminuição do nível de endividamento bancário como será evidenciado no respetivo ponto deste Relatório de Gestão.

Os impostos diretos, que representam o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, e o Imposto Único de Circulação, têm um peso de 12,09% em relação à receita total.

2.7. Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's)

Quadro 10: Previsão Final das GOP's

Obj. Prog.	DESCRIÇÃO	Sub-Total	%	Total	%
1.	Funções Gerais				
1.1.0.	Serviços gerais da administração pública				
1.1.1.	Administração geral	207.680,50	5,1%		
1.2.0.	Segurança e ordem pública				
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	201.864,45	5,0%	409.544,95	10,1%
2.	Funções Sociais				
2.1.0.	Educação				
2.1.1.	Ensino não superior	574.542,30	14,2%		
2.3.0.	Segurança e acção sociais				
2.3.2.	Acção social	234.046,76	5,8%		
2.4.0.	Habitação e serviços colectivos				
2.4.2.	Ordenamento do território	50.500,00	1,2%		
2.4.3.	Saneamento	118.392,96	2,9%		
2.4.4.	Abastecimento de água	39.000,00	1,0%		
2.4.5.	Resíduos sólidos				
2.4.6.	Protecção meio ambiente e conservação natureza	60.000,00	1,5%		
2.5.0.	Serviços culturais, recreativos e religiosos				
2.5.1.	Cultura	310.763,48	7,7%		
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	268.572,50	6,6%		
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas			1.655.818,00	40,8%
3.	Funções Económicas				
3.2.0.	Indústria e energia	225.000,00	5,5%		
3.3.0.	Transportes e comunicações				
3.3.1.	Transportes rodoviários	544.276,91	13,4%		
3.4.0.	Comércio e turismo				
3.4.1.	Mercados e feiras	268.808,03	6,6%		
3.4.2.	Turismo	261.105,00	6,4%		
3.5.0.	Outras funções económicas	25.830,00	0,6%	1.325.019,94	32,6%
4.	Outras Funções				
4.3.0.	Diversas não especificadas	669.328,34	16,5%	669.328,34	16,5%
	TOTAL GERAL	4.059.711,23	100%	4.059.711,23	100%

As Grandes Opções do Plano apresentam uma dotação corrigida final, para 2015, de 4.059.711,23€, distribuída pelas Funções previstas no POCAL.

O Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal, registaram em 2015, taxas de execução de 60,10% e 86,91%.

Em termos globais, decorrente da agregação dos dois Plano referidos, as Grandes Opções do Plano, registaram uma taxa de execução de 75,69%.

Em termos de valor, o montante pago, de rubricas previstas nas Grandes Opções do Plano, foi de 3.072.925,27€

Quadro 11: Resumo dos Pagamentos das GOP's

Obj. Prog.	DESCRIÇÃO	PPI	PAM	GOP's	%
1.	Funções Gerais	115.779,95	225.167,33	340.947,28	11,10%
1.1.0.	Serviços gerais da administração pública	101.352,18	53.730,65	155.082,83	5,0%
1.1.1.	Administração geral	101.352,18	53.730,65	155.082,83	5,0%
1.2.0.	Segurança e ordem pública	14.427,77	171.436,68	185.864,45	6,0%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	14.427,77	171.436,68	185.864,45	6,0%
2.	Funções Sociais	173.067,30	1.058.731,61	1.231.798,91	40,09%
2.1.0.	Educação	0,00	503.053,32	503.053,32	16,4%
2.1.1.	Ensino não superior	0,00	503.053,32	503.053,32	16,4%
2.3.0.	Segurança e acção sociais	6.682,87	130.711,83	137.394,70	4,5%
2.3.2.	Acção social	6.682,87	130.711,83	137.394,70	4,5%
2.4.0.	Habituação e serviços colectivos	162.694,43	60.000,00	222.694,43	7,2%
2.4.2.	Ordenamento do território	43.185,85	0,00	43.185,85	1,4%
2.4.3.	Saneamento	87.318,44	0,00	87.318,44	2,8%
2.4.4.	Abastecimento de água	32.190,14	0,00	32.190,14	1,0%
2.4.5.	Resíduos sólidos	0,00	0,00	0,00	0,0%
2.4.6.	Protecção meio ambiente e conservação natureza	0,00	60.000,00	60.000,00	2,0%
2.5.0.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	3.690,00	364.966,46	368.656,46	12,0%
2.5.1.	Cultura	0,00	274.856,46	274.856,46	8,9%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	3.690,00	90.110,00	93.800,00	3,1%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,0%
3.	Funções Económicas	632.918,26	322.520,11	955.438,37	31,09%
3.1.0.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,0%
3.2.0.	Indústria e energia	154.203,34	0,00	154.203,34	5,0%
3.3.0.	Transportes e comunicações	401.901,93	0,00	401.901,93	13,1%
3.3.1.	Transportes rodoviários	401.901,93	0,00	401.901,93	13,1%
3.4.0.	Comércio e turismo	76.812,99	322.520,11	399.333,10	13,0%
3.4.1.	Mercados e feiras	0,00	244.395,11	244.395,11	8,0%
3.4.2.	Turismo	76.812,99	78.125,00	154.937,99	5,0%
3.5.0.	Outras funções económicas	0,00	0,00	0,00	0,0%
4.	Outras Funções	98.519,95	446.220,76	544.740,71	17,73%
4.3.0.	Diversas não especificadas	98.519,95	446.220,76	544.740,71	17,7%
	TOTAL	1.020.285,46	2.052.639,81	3.072.925,27	100,0%

3. Análise Financeira

3.1. Análise do Balanço

O Balanço espelha a situação patrimonial da autarquia em 31 de dezembro.

A 31 de dezembro de 2015 o ativo líquido total apresenta o valor de 64.922.666€, com uma variação positiva de 3,17% face ao mesmo período do ano anterior.

O imobilizado foi a rubrica que contribuiu para a variação referida, com um aumento líquido, deduzido de amortizações, de 1.890.248€.

Quadro 12: Evolução do Balanço

Designação	2014		2015		Variação %
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Activo					
Imobilizado	59.889.578	95,17%	61.779.826	95,16%	3,16%
Circulante	1.964	0,00%	1.461	0,00%	-25,59%
Dívidas de terceiros	887.639	1,41%	910.167	1,40%	2,54%
Disponibilidades	743.096	1,18%	827.048	1,27%	11,30%
Acréscimos e diferimentos	1.405.856	2,23%	1.404.164	2,16%	-0,12%
Total Activo Líquido	62.928.133	100%	64.922.666	100%	3,17%
Fundos Próprios e Passivo					
Património	24.075.815	70,75%	24.075.815	66,45%	0,00%
Ajustamento em partes de capital	99.072	0,29%	99.072	0,27%	100,00%
Reservas	1.674.866	4,92%	1.702.417	4,70%	1,64%
Resultados transitados	7.991.509	23,48%	9.219.779	25,45%	15,37%
Resultados líquido do exercício	188.151	0,55%	1.134.971	3,13%	503,22%
Total Fundos Próprios	34.029.412	100%	36.232.053	100%	6,47%
Passivo					
Dívidas a terceiros - MLP	7.942.036	27,48%	6.793.172	23,68%	-14,47%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	11.213.494	38,80%	11.843.013	41,28%	5,61%
Acréscimos e diferimentos	9.743.191	33,71%	10.054.428	35,04%	3,19%
Total do Passivo	28.898.721	100%	28.690.613	100%	-0,72%

Relativamente aos Fundos Próprios constata-se uma variação positiva de 6,47%, em comparação com o ano anterior, devido essencialmente ao aumento verificado em resultados transitados e ao resultado líquido do exercício.

No que se refere ao passivo, mais concretamente ao passivo exigível a curto, médio e longo prazo, que representa os valores em dívida do município, verifica-se uma variação negativa de 519.345€ e percentual de -2,71%, face ao ano anterior.

Os acréscimos e diferimentos, representam essencialmente, os cofinanciamentos recebidos nos últimos anos, e os proveitos inerentes serão reconhecidos à medida que os investimentos são amortizados.

3.2. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados representa os resultados das operações económicas (custos e proveitos) ocorridas durante o ano de 2015.

Quadro 13: Demonstração de Resultados

Designação	2014		2015		Variação
	Valor	%	Valor	%	%
Custos e Perdas					
Fornecimentos e Serviços Externos	7.381.275	48,97%	6.822.223	47,27%	-7,57%
Transferências e Subsídios					
Correntes Concedidos e Prestações Sociais	802.002	5,32%	924.897	6,41%	15,32%
Custos com o Pessoal	4.770.284	31,65%	4.765.926	33,03%	-0,09%
Outros Custos e Perdas Operacionais	40.752	0,27%	206.782	1,43%	407,42%
Amortizações do Exercício	1.170.899	7,77%	966.591	6,70%	-17,45%
Provisões do exercício	76.769	0,51%	69.334	0,48%	-9,68%
Custos e Perdas Financeiras	198.448	1,32%	472.666	3,28%	138,18%
Custos e Perdas Extradordinárias	631.749	4,19%	202.736	1,40%	-67,91%
	15.072.177	100%	14.431.155	100%	-4,25%
Proveitos e Ganhos					
Vendas e Prestação de Serviços	1.062.294	6,96%	1.113.018	7,15%	4,77%
Impostos e Taxas	2.661.133	17,44%	2.820.068	18,12%	5,97%
Transferências e Subsídios Obtidos	9.988.413	65,45%	10.322.696	66,32%	3,35%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.216.700	7,97%	1.159.792	7,45%	-4,68%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	331.788	2,17%	150.551	0,97%	-54,62%
	15.260.328	100%	15.566.126	100%	2,00%

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2015 apresentam, no seu conjunto uma variação negativa de 4,25% em comparação com o ano anterior.

Por seu lado, os proveitos e ganhos, têm uma variação positiva de 2,00%.

Quadro 14: Resumo do Resultado Líquido

	2014	2015
Resultados Operacionais (1)	-530.140,19	500.029,78
Resultados Financeiros (2)	1.018.251,86	687.126,03
Resultados Correntes (3) = 1 + 2	488.111,67	1.187.155,81
Resultados Extraordinários (4)	-299.961,05	-52.184,83
Resultado Líquido do Exercício (5) = 3 + 4	188.150,62	1.134.970,98

O resultado líquido do exercício do ano de 2015, deve-se sobretudo à melhoria dos resultados operacionais, positivos na ordem dos 500 mil euros.

Como referido em anos anteriores, não obstante, o resultado líquido ter sido positivo, deve-se salientar que as especificidades da Administração Local, são diferenciadoras do sector empresarial, dado que o seu âmbito não é a obtenção de lucro mas sim a satisfação das necessidades coletivas.

3.3. Indicadores Económico-Financeiros

Em termos gerais, os indicadores económico-financeiros apresentados no quadro infra, evidenciam a evolução positiva da situação patrimonial do Município.

Em 2015, mantém-se a diminuição global do endividamento, o aumento do imobilizado corpóreo, e o aumento da cobertura do Activo sobre o passivo exigível.

Quadro 15: Indicadores

Indicadores	2014	2015
Estrutura do Activo		
Activo fixo / Activo total	95,17%	95,16%
Activo circulante / Activo total	4,83%	4,84%
Activo fixo / Activo circulante	1972,26%	1966,65%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo / Passivo exigível	41,46%	36,45%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	58,54%	63,55%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	141,19%	174,34%
Análise do Activo Fixo		
Activo fixo / Endividamento a MLP	754,08%	909,44%
Amortizações exercício / variação imobilizado	45,91%	51,14%
Análise do Passivo Exigível		
- coeficiente de endividamento		
Passivo exigível / Fundos Próprios	0,56	0,51
- coeficiente de endividamento a curto prazo		
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	0,33	0,33
- coeficiente de endividamento a longo prazo		
Exigível a médio e longo prazo / Fundos Próprios	0,23	0,19
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado Corporeo	0,38	0,31
Grau de Autonomia		
Fundos Próprios / Activo	54,08%	55,81%
Índice de Liquidez Imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	0,1	0,1
Índice de Solvencia		
Activo / Passivo exigível	3,3	3,5

3.4. Dívida total

Com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014 do Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deixaram de vigorar os limites de endividamento (líquido e de médio e longo prazo) previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, passando a vigorar o previsto no artigo 52.º do RFALEI, ou seja, o limite da dívida total.

Refere o n.º1 do artigo 52.º que “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”

Assim, o limite da dívida total para 2015 é o seguinte:

Quadro 16: Limite dívida total

	2012	2013	2014	Média	Limite = 1,5 * média
Receita corrente líquida cobrada	12.041.605	13.314.322	14.530.216	13.295.381	19.943.072

A dívida total, individual, de operações orçamentais do Município a 31 de dezembro é de 18.000.570,32€.

Desse montante é necessário deduzir a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, que nos termos da Lei, não afeta o valor da dívida total, obtendo-se dessa forma o valor final de 17.264.667,82€.

À dívida individual referida terá que se juntar as contribuições das entidades previstas no artigo 54.º do RFALEI, nomeadamente a da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, que é a entidade mais relevante para o efeito, e que já comunicou o valor de 487.108,98€, considerando a contribuição/participação do Município de 26%.

Assim, e nos termos referidos, a dívida total a 31 de dezembro, sem prejuízo de comunicações posteriores de outras entidades, é de 17.751.776,80€.

Apesar de se verificar uma margem, face ao limite, de 2.191.295,20€, o Município até 31 de dezembro de 2016, apenas pode aumentar a dívida total no valor de 20% da margem disponível no início do ano de 2016, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º do RFALEI.

3.5. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do POCAL, o resultado líquido do exercício positivo pode ser repartido em reforço do Património e/ou constituição ou reforço de Reservas Legais, sendo que nos termos do n.º 2.7.3.5, também do POCAL, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Nestes termos propõe-se que o Resultado Líquido de 1.134.970,98€ apurado no exercício de 2015 tenha a seguinte aplicação:

- Reservas Legais – 56.748,55€;
- Resultado Transitados – 1.078.222,43€.

4. Estrutura de Pessoal

À data de 31 de dezembro de 2015 os trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação, ao serviço no Município, era o seguinte.

Quadro 17: Estrutura de Pessoal

Data de referência para os dados: 31 de Dezembro de 2015

	Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação									Total
	Dirigente	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Fiscal Municipal	Especialista de Informática	Técnico de Informática	
Comissão de Serviço	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
CTFP por tempo indeterminado	0	34	8	34	7	132	3	2	2	222
CTFP a termo resolutivo certo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CTFP a termo resolutivo incerto	0	23	0	0	0	0	0	0	0	23
Pessoal requisitado, destacado ou em mobilidade, de outras entidades, a exercer funções no	0	3	0	0	0	0	0	1	0	4
TOTAL	3	60	8	34	7	132	3	3	2	252